

ENTREVISTA
DEMOCRACIA ABERTA:
UMA PROPOSTA DE
DEMOCRATIZAÇÃO RADICAL
DOS NOSSOS SISTEMAS
POLÍTICOS*

Entrevistada:
Hélène Landemore¹

Entrevistador e tradutor:
Marcio Cunha Filho²

Nosso sistema político precisa de mudanças radicais. Em praticamente todo o mundo, temos visto nos últimos anos manifestações antidemocráticas; tentativas de golpes de Estado promovidas ou ao menos apoiadas por uma parcela significativa da população; ascensão da extrema-direita e de discursos de ódio, muitas vezes com apoio da mídia e de instituições organizadas da sociedade civil; além disso, guerras, desastres ambientais, escândalos de corrupção também ameaçam a democracia e a ordem política vigente. Alguém



Hélène Landemore

discordaria, hoje, em 2023, do diagnóstico de que a forma padrão de organização dos governos – baseada sobretudo na centralidade das eleições e no princípio da representação política – encontra-se ameaçada a partir das mais diferentes frentes? Ainda assim, por algum motivo, somos resistentes em considerar mudanças realmente profundas no modelo de democracia representativa liberal que predomina em boa parte do mundo ocidental. Existe uma espécie de consenso implícito e intransponível em nosso imaginário

* A versão em inglês desta entrevista está publicada neste mesmo volume e número da RBSD.

¹ Professora de ciência política na Universidade de Yale. Doutora pela Universidade de Harvard.

² Professor adjunto do Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento (IDP). Doutor em direito pela Universidade de Brasília (UnB).

político que nos conduz à conclusão de que a democracia representativa é o melhor que podemos ter. Por isso, quando pensamos em modificar esse sistema, pensamos em reformas marginais, tais como melhorias incrementais no sistema de financiamento de campanha, reparações pontuais no sistema eleitoral, mudanças no sistema macroeconômico que consigam redistribuir riquezas de forma marginalmente mais eficazes. Mas questionar os pressupostos de que *eleições e representação*, no formato em que existem hoje, são as melhores ferramentas possíveis para operacionalizar processos de tomada de decisão, parece-nos uma ideia fora do lugar.

Hélène Landemore questiona esses pressupostos básicos, esse verdadeiro tabu que a maioria de nós não tem coragem, imaginação ou ousadia para desafiar. Para ela, eleições são não apenas prescindíveis, mas em muitos casos até mesmo contraproduzidas: elas frequentemente materializam uma forma excludente e enviesada de seleção de tomadores de decisão. Assim, sua proposta de reforma é radical: a ideia principal da “democracia aberta” é conceder, real e efetivamente, o poder às pessoas. Para que os cidadãos deixem de se sentir ostracizados e marginalizados e passem a se rebelar contra o sistema, é necessário que eles realmente sejam empoderados a tomar decisões e não apenas que tenham o micro-poder de uma vez a cada quatro ou cinco anos eleger políticos profissionais, delegando-lhes o poder de tomar todos os tipos de decisões sobre suas vidas. No modelo ideal da democracia aberta – que não se confunde e até mesmo se opõe à noção mais familiar de democracia direta –, os cidadãos comuns são escolhidos aleatoriamente para tomar decisões em parcelas específicas da esfera pública. A representação continua existindo, mas as eleições e as campanhas eleitorais são substituídas por formas mais simples, menos custosas e menos enviesadas de escolher esses representantes. Escolher representantes a partir de sorteios ou de métodos de autoseleção é uma forma mais democrática e igualitária de distribuição de poder.

O principal e talvez único obstáculo que nos impede de nos mover em direção a um sistema mais radicalmente democrático é uma falha imaginativa. Uma falha imaginativa coletiva que nos impede de levar a sério a ideia de que as democracias representativas eleitorais estão longe de serem os melhores arranjos políticos possíveis. Uma falta de coragem de ousar, transgredir e pensar em reformas realmente radicais. Na

entrevista abaixo, exploramos esses e outros pontos com H el ene Landemore, professora de Ciência Política da Universidade de Yale. Landemore realiza pesquisas principalmente nas áreas de teoria democrática, epistemologia política, teorias da justiça e filosofia das ciências sociais.   autora de diversos livros, tais como *Hume* (2004), uma investiga o histórica e filosófica da teoria de tomada de decisões de David Hume; *Democratic Reason* (2013), que consiste em uma defesa epist mica da democracia; e o seu mais recente livro (que exploramos nessa entrevista), *Open Democracy: Reinventing Popular Rule for the Twenty-First Century*, publicado pela Princeton University Press em 2020. Suas pesquisas foram publicadas nos mais importantes periódicos da área, por exemplo, o *Journal of Political Philosophy*; *Political Theory*; *Politics, Philosophy, and Economics*; *Political Psychology*; *Social Epistemology*. Suas pesquisas também foram abordadas no *New York Times*, no *Boston Review*, no *Washington Post*, no *Le Monde*, no *New Yorker* e, no Brasil, no *Estad o*. Ela também foi entrevistada no Ezra Klein’s New York Times podcast.

Nesta entrevista exclusiva para a Revista Brasileira de Sociologia do Direito (RBSD), Landemore fala sobre como a delibera o pode ser uma soluço para a polariza o política, sobre como a democracia aberta pode ser uma arma contra a corrup o, fala a respeito de suas principais influências teóricas e sugere algumas possibilidades para explicar o fracasso da aprova o da Constitui o chilena no referendo ocorrido em 04 de setembro de 2022, um dia antes da nossa conversa. Esperamos que seja uma leitura prazerosa e enriquecedora para os leitores da Revista.



Marcio Cunha Filho – Professora Hel ene Landemore, muito obrigado por aceitar participar dessa entrevista para a Revista Brasileira de Sociologia do Direito!

H el ene Landemore – Muito obrigado por me receberem!

MCF – Eu gostaria de começar perguntando-lhe sobre o seu conceito central. Você poderia esclarecer o que significa “democracia aberta” e por que ela difere da no o mais familiar de “democracia direta”? E, por favor, exponha os principais princípios da democracia aberta que você explora em seu livro e fale um pouco sobre os mecanismos

de representação lotocrática e representação autoselecionada, os quais operacionalizam a democracia aberta.

HL – A democracia aberta pretende ser uma alternativa para a dois conceitos. O primeiro é o governo representativo, entendido no sentido histórico como a forma de regime que surgiu a partir do século XVIII. Esse é um primeiro modelo político ao qual a democracia aberta é uma alternativa. Mas a democracia aberta também é uma alternativa à democracia direta, em que todas as pessoas estão envolvidas o tempo todo em todos os tipos de decisões. Acho que nenhum desses dois modelos é muito desejável. A democracia direta, inclusive, parece especialmente impraticável e inviável em escala. E, de fato, a democracia direta em escala nunca existiu em nenhum lugar de forma pura, nem na Grécia antiga, porque de fato havia diferentes tipos de representação mesmo na Atenas clássica.

Então, no final das contas, a verdadeira competição para mim é entre meu modelo de democracia aberta e o que chamamos de democracia representativa. Observe que ambos pressupõem a ideia de delegação de poder a um subconjunto da política que agirá e tomará decisões em nome da população. Assim, ambos os modelos, democracia aberta e democracia representativa, pressupõem antes de tudo um momento de representação.

Por isso, poderíamos dizer que a democracia aberta é uma forma de democracia representativa, ao menos em um plano conceitual. Mas não é uma democracia representativa no sentido histórico que acabei de descrever. Podemos também dizer que o que chamamos de “democracia representativa” é na verdade o nome que damos a uma espécie do gênero “democracia representativa”, e esse gênero é muito mais amplo do que o modelo particular de democracia representativa que temos hoje na maioria dos países. Em outras palavras, “democracia representativa” é uma categoria ampla que inclui nossas democracias eleitorais liberais, mas também a democracia aberta e talvez algumas outras formas. Isso é um pouco confuso porque, afinal, o que estamos tão acostumados a chamar de democracia representativa é na verdade apenas um *tipo específico de democracia representativa*. É um modelo que surgiu a partir do século XVIII, se tornou hegemônico, mas não podemos pensar que ele é a única forma existente de democracia representativa. Porque nos falta imaginação, pensamos que essa é a única forma que a democracia pode

assumir. E acho que meu modelo adiciona uma alternativa (melhor) e oferece um caminho diferente daqui para frente.

Então, quais são as diferenças entre democracia aberta e democracia representativa no sentido histórico? Uma delas é que em uma democracia representativa no sentido histórico, as eleições são o meio central de acesso a posições de poder, enquanto que em meu modelo as eleições são totalmente opcionais. Na verdade, eu preferiria não tê-las. E é uma diferença importante porque historicamente eleições têm sido a característica essencial da democracia representativa. Se você seguir, por exemplo, o historiador Bernard Manin (1997), ele disse que uma das constantes históricas do regime conhecido como governo representativo (e agora conhecido como democracia representativa) é o fato de haver eleições periódicas. Em um modelo puro de democracia aberta, você poderia prescindir totalmente de eleições. Em uma democracia aberta, o meio central de seleção dos governantes seria, ao contrário, a seleção por sorteio, que para mim tem o mérito de distribuir o poder igualmente entre todos os membros do *demos*. Então me parece uma forma mais democrática de representação.

Uma segunda diferença entre democracia aberta e o que chamamos de democracia representativa é que esta última multiplica os pontos de entrada do povo no sistema político. Portanto, a democracia aberta não seria um modelo em que tudo o que você tem são representantes selecionados por sorteio que governam e legislam por um período de tempo e depois são alternados. Em vez disso, a democracia aberta é um modelo em que, mesmo durante o tempo em que esses governantes legislassem, haveria muitas oportunidades para que os cidadãos comuns influenciem a deliberação, iniciam leis, repilam leis, iniciarem momentos de deliberação. A participação popular é muito mais contínuo do que a abordagem segmentada e discreta de participação há na democracia representativa.

É verdade que, nos últimos anos (talvez desde a década de 1980), muitas democracias representativas têm tentado se abrir usando mecanismos particulares como orçamento participativo, *crowdsourcing* ou o uso de assembleias baseadas em sorteio. É verdade que os governos representativos têm feito isso. Mas para mim há algo que

conceitualmente não se encaixa, porque estes regimes tentam equilibrar a inquestionável centralidade dos órgãos eleitorais com esta vontade e esforço de abertura. E essas duas coisas podem ser difíceis de equilibrar. Porque se Manin e outros estão certos em dizer (e eu acho que estão) que as eleições são uma forma oligárquica e aristocrática de selecionar governantes e líderes, então, se temos um regime político fundado em eleições, iremos alimentar esse viés oligárquico em todo o sistema. E estes pressupostos elitistas são muito difíceis de conciliar com a confiança no cidadão comum que é necessária para a abertura e o esforço de chegar às pessoas e incluí-las, de fazer esse esforço sincero. E é por isso que sinto que cada vez que dominante sistema de democracia representativa existente tenta ser mais aberto e participativo, há um nível de insinceridade que quase sempre leva a uma falta de impacto causal desses momentos participativos.

Em outras palavras, esses mecanismos de participação são usados para legitimar uma vitrine de participação social, mas eles não têm realmente a intenção de expandir a esfera de poder para incluir mais pessoas e permitir que elas tenham uma palavra real e uma influência real no resultado. Claro, também poderíamos dizer que isso é apenas o começo, que as democracias representativas só se abriram nos últimos 20 anos e que, eventualmente, as coisas vão mudar – eventualmente, os políticos eleitos abrirão mão de seu controle e entregarão o poder e eles confiarão nas decisões do povo. O melhor cenário para apoiar essa visão é a Irlanda. A Irlanda parece ser o único caso atípico em que houve um esforço para realmente institucionalizar as assembleias de cidadãos, mas mesmo aí não acho que tenha havido uma transferência real de poder e em outras partes os negócios continuam como de costume durante a maior parte papel. Se você olhar para a França, onde tentamos abrir o sistema por meio da Convenção dos Cidadãos pelo Clima, vi o cinismo, a suspeita e o ceticismo de muitos membros do establishment em relação ao povo. Parece que muitos políticos eleitos só queriam experimentar essa coisa nova e legal de assembleia de cidadãos como um mecanismo de fachada. No final das contas, a maioria deles não quer abrir mão do poder. Alguns até preferirão chamar esse tipo de assembleia de antidemocrática a questionar sua própria democraticidade e sua própria legitimidade. E, afinal, o impacto da Convenção do Clima foi bastante decepcionante em comparação

com seu potencial. Por isso, acho que só em uma democracia aberta podemos ir até o fim e realmente incluir as pessoas. Porque, em uma democracia aberta, pelo menos os princípios estão alinhados com a crença de que as pessoas são iguais e são pares epistêmicos e podem ser confiáveis como agentes políticos.

Acho que isso também está relacionado a outro ponto. Quando os representantes são eleitos, eles têm uma percepção de merecimento a respeito de sua posição de poder. Eles pensam que trabalharam muito, fizeram campanha, mostraram o quão inteligentes e carismáticos são, cultivaram e conquistaram o direito de tomar decisões. Então eu acho que as eleições sobem muito mais à cabeça das pessoas, e também selecionam em alguns casos certos tipos egoístas e narcisistas. Já quando você é sorteado – embora haja um viés de seleção também, já que nos experimentos atuais de democracia aberta você tem que ser voluntário –, quando você é sorteado, você não acha que tem mérito em ser selecionado. É a pura sorte do sorteio. E eu acho que esse processo cultiva a humildade na medida certa, porque você sabe que não é melhor nem pior que a pessoa que também foi selecionada com você, ou a pessoa na rua que não foi selecionada. Portanto, neste sistema você preserva uma certa igualdade de condições, mesmo quando as pessoas estão no poder. O poder pode corromper as pessoas, não importa o que aconteça, mas menos quando é recebido em uma seleção lotocrática.

Então vou parar por aqui. Essas são as principais diferenças, eu acho.

MCF – Você diz que democracia representativa/eleitoral e democracia aberta não estão em oposição (LANDEMORE, 2020, p. 17). Mas de que maneira esses dois conjuntos de instituições se complementam? A força das instituições representativas tradicionais (partidos políticos, eleições) é um pré-requisito para abrir o caminho para uma democracia aberta? Ou, em outros termos, qual o papel que essas tradicionais instituições representativas desempenhariam em uma democracia aberta? A democracia aberta precisa de instituições eleitorais sólidas preexistentes para florescer? A maioria de seus exemplos parece corroborar essa visão, porque experimentos de democracia aberta ocorreram em países como França, Islândia e Suíça.

HL – Não tenho certezas aqui. Historicamente, sistemas clássicos como o modelo ateniense tinham certas características de uma democracia aberta e não tinham características ou pré-requisitos eleitorais. As eleições eram usadas apenas para nomear

certos cargos administrativos ou militares, como generais. Então, tecnicamente, você não precisa de instituições eleitorais para fazer a transição para uma democracia aberta. No entanto, contingentemente no Ocidente, porque partimos de sistemas eleitorais, precisamos deles para nos ajudar a chegar à próxima fase de desenvolvimento da democracia, certo? Então, claro, na França, na Islândia, na Inglaterra, na Irlanda, talvez nos Estados Unidos, seria necessário haver pelo menos uma fase híbrida, na qual teríamos que convencer os políticos eleitos a se dar bem com aquele programa e desistir voluntariamente de parte de seu poder para que seja transferido para corpos institucionalizados permanentes de cidadãos selecionados aleatoriamente. E isso pode acontecer. Ainda não aconteceu, mas pode acontecer. Aconteceu em microescala no leste da Bélgica, onde os parlamentares cederam parte do poder de definição da agenda a um júri permanente de 24 cidadãos. Isso aconteceu em um grau muito limitado em Paris, onde a cidade criou um conselho de 100 parisienses selecionados aleatoriamente e depositou neles algum poder. Mas por enquanto essas experiências têm sido extremamente limitadas. Essa transferência de poder aconteceu apenas em níveis muito locais da política e, quando o que está em jogo é algo realmente relevante, não sei se vamos fazer essa transição de poder de bom grado. A entrega do poder das legislaturas nacionais estabelecidas não parece ser capaz de acontecer de forma suave ou fácil. A resistência que vi à Convenção Cidadã pelo Clima, por exemplo, não me dá muita esperança, devo dizer.

Mas isso não significa que não é possível partir de um contexto diferente e chegar diretamente em uma democracia aberta sem passar por essa espécie de estágio ocidental da democracia eleitoral. Dito de outra forma, não vejo que seja preciso passar por uma fase eleitoral para chegar a uma democracia aberta. Então, novamente, como eu disse, os exemplos de democracia proto-aberta ocorreram em democracias eleitorais avançadas como Islândia, França, Irlanda, mas quem mais realmente tentou isso? Vários países da OCDE. Mas o fato de até agora os mecanismos de proto-democracia aberta terem se concretizado dentro do contexto dos sistemas eleitorais não significa que eles sejam realmente necessários do ponto de vista técnico ou teórico, penso eu. A forma como vejo a democracia aberta é como uma alternativa real e não apenas um complemento à

democracia representativa/eleitoral, embora passar por momentos híbridos possa ser a única maneira de atingir esse objetivo no Ocidente.

MCF – Você parece um pouco mais pessimista aqui do que em seu livro. Assim, parece que as instituições representativas são mais um obstáculo do que um passo necessário para abrir a democracia.

HL – Bem, de certa forma é interessante que você ache minha visão atual mais pessimista. Acho que estou mais pessimista agora porque o mundo está muito mais sombrio do que quando escrevi meu livro, com a pandemia do COVID-19, com a guerra na Ucrânia, com o retrocesso da democracia nos Estados Unidos e em outros lugares. Quero dizer, acho que não conseguiria escrever meu livro hoje. Não tenho certeza se teria otimismo para isso. Tempos sombrios fazem você querer se apegar ao que você tem. E há uma ideologia muito poderosa no ocidente que iguala democracia com eleições. As eleições parecem maravilhosas porque elegemos líderes que têm carisma e talento para a política profissional e isso soa muito melhor do que um governo autoritário.

Mas há uma desvantagem nisso. Essa poderosa ideologia que venera a democracia eleitoral paralisa nossa imaginação e nos faz pensar que já chegamos à democracia e que o modelo prevalente no mundo hoje está próximo do ideal. E é muito difícil quebrar essa ilusão e sacudir essa complacência para abrir espaço conceitual para outra coisa. É muito difícil. Pelo menos quando você está em um contexto autoritário, tudo é possível no lado positivo, tudo está em discussão. Eu diria que em um sistema eleitoral vamos continuar falando sobre como devemos reformar as campanhas eleitorais, como devemos educar o público, como devemos ter limites de mandato. Vamos falar sobre pequenas mudanças incrementais no sistema que não resolvem a falha fundamental em seu cerne, que é o fato de que o mecanismo de seleção é oligárquico e leva a um viés distorcido, uma representação distorcida das pessoas e, portanto, uma incompatibilidade entre as políticas que os políticos nos dão e o que nós, o povo, realmente queremos. Então essa é a minha preocupação, e especialmente agora que a democracia eleitoral está tão ameaçada, não mais apenas por suas próprias falhas, mas por fatores externos como guerras e ocupações. Agora acho que o nosso instinto coletivo é ser extremamente conservador e lutar pelo que

nos resta. Pelo menos vamos manter as eleições, pelo menos vamos salvar nossas liberdades liberais, nossa liberdade de associação, nossa liberdade de expressão. Tudo isso é maravilhoso e é claro que devemos manter essas liberdades. Mas o problema é que esse apoio acrítico à democracia eleitoral adia a dura conversa sobre como alguns dos danos causados ao sistema foram autoinfligidos, e até mesmo a tentação do populismo e do autoritarismo não vêm apenas de fora, mas são sintomas das falhas internas do nosso sistema. Se de fato tivéssemos coragem de lidar com as duas ameaças ao mesmo tempo, ou seja, enfrentar os autoritários e também olhar para os vieses oligárquicos do nosso sistema; se pudéssemos abri-lo e incluir mais pessoas e reformá-lo de maneira radical, seríamos mais fortes contra os perigos externos. Mas acho que no atual contexto de medo e incerteza, ninguém está realmente preparado para ter essa conversa.

Embora, por outro lado, o lado bom desse contexto terrível em que estamos inseridos é que as pessoas perderam uma série de certezas. Cresci numa época em que não havia alternativa à democracia liberal – a era do “fim da história”. Agora acho que as possibilidades conceituais são muito mais amplas. As pessoas não têm mais tanta certeza de nada. Eu apenas disse que não seria capaz de escrever meu livro hoje, isso é meio que verdade. Mas ao mesmo tempo acho que meu livro não teria sido tão bem recebido se a pandemia e a crise não tivessem acontecido, até porque minhas ideias não parecem tão malucas nesse contexto, não achas? De repente, é como, bem, afinal, por que não? Perdemos várias certezas sobre qual é a coisa certa a fazer, qual é o sistema certo. Há muito menos complacência. Mas por outro lado há muito medo e muita paralisia

E eu mencionaria uma pequena vitória para o campo da reforma radical. Em novembro passado, quando Biden organizou a chamada Cúpula Mundial sobre Democracia, foi honestamente um evento muito decepcionante, onde ele apenas convidou chefes de estado e alguns deles eram questionavelmente democráticos, e não houve menção à necessidade de democratizar os sistemas existentes. Eles assumiram que já tínhamos democracia e que o principal problema era que ela estava ameaçada. No entanto, este ano (2022), com um grupo de outros acadêmicos e ativistas motivados, pressionamos para que a próxima Cúpula da Democracia tenha um grupo de pessoas

falando sobre questões como a democracia deliberativa. Como aprofundamos a democracia que temos em vez de apenas protegê-la de ameaças externas? Por que esses fatores não estão conectados? Acho que só podemos proteger ameaças externas se aprofundarmos nossas democracias e torná-las mais desejáveis, porque agora metade das pessoas nem mesmo vota em alguns países e em algumas eleições. A juventude na França está tão insatisfeita que 70% deles nem votou na última eleição. Então as coisas não estão indo bem e algo radical precisa ser feito.

MCF – Qual a relação entre a democracia aberta e os movimentos sociais e a sociedade civil organizada? O último é um pré-requisito para o primeiro?

HL – É verdade que não teorizo movimentos sociais no livro, porque, de certa forma, este livro é sobre o *hardware* da democracia, ou seja, sobre as instituições políticas e os princípios que formam o esqueleto da democracia. Eu teorizo os princípios que poderiam orientar as reformas institucionais daqui para frente. E a forma como vejo os movimentos sociais é a mesma que vejo, por exemplo, normas sociais ou regras informais. Eles são como o *software* da democracia, algo que, como teórico, você não pode realmente legislar uma prioridade ou teorizar porque existe algo muito mais orgânico, de baixo para cima. Espero que essa vida orgânica cresça dentro e ao redor dessa estrutura mais dura de democracia aberta, como a vida selvagem dentro e ao redor de um recife de coral e, no processo, reforce-a e, por sua vez, ajude-a a crescer ainda mais e, por sua vez, seja remodelada conforme necessário.

Portanto, há absolutamente um papel para associações e movimentos sociais. Mas não vi no livro como poderia transformar essas formas de vida cívica em princípios institucionais. Na verdade, eles se enquadram no princípio dos “direitos de participação”, que é o primeiro dos cinco princípios da democracia aberta. Esses princípios são uma série de direitos que as pessoas têm em uma democracia aberta que garantem que podem fazer coisas como organizar, mobilizar ou coletar assinaturas para que possam ativar o direito de fazer uma lei que não gostem ou que não seja trabalhando para as pessoas a um referendo ou uma opção de revogação. Ou pelo contrário – se tiverem uma ideia de lei que falta ou seria realmente útil, então o povo pode acionar o direito conhecido como “iniciativa

cidadã.” Eles podem apresentar uma proposta a um parlamento e, em seguida, exigir que o parlamento a submeta a um referendo. Ou eles podem oferecer uma alternativa a uma proposta parlamentar e então o parlamento a leva em consideração ou a integra em sua própria proposta. Ou a proposta pode ir direto para um referendo. Assim, os movimentos sociais podem se organizar durante e em torno desses momentos de participação em massa, esses momentos de referendo que se constroem de baixo para cima. Eles também podem se organizar em torno de referendos que seriam de cima para baixo. Por exemplo: digamos que temos uma democracia aberta em que o centro do poder é a casa do povo, cujos membros selecionados aleatoriamente são como legisladores. Digamos que eles criem uma lei relativa a alguma questão fundamental de vida ou morte, como o direito à morte assistida. Este tema vai ser discutido em uma nova assembleia de cidadãos franceses envolvidos nesse assunto. Esse é o tipo de tema em que é necessária a consulta do público em geral, além do pequeno número de membros da assembleia. Assim, os membros da assembleia poderiam decidir fazer um referendo sobre sua proposta de lei. Esse é um exemplo de referendo de cima para baixo das instituições e dos tomadores de decisão política para o resto do país. E em torno dessas questões, é claro, você esperaria que os movimentos sociais se mobilizassem de uma forma ou de outra e fizessem campanha sobre isso. Mais uma vez, acho que a melhor metáfora que consigo pensar para minha democracia aberta é a de um recife de coral. As instituições da democracia aberta são o recife de coral: você espera que várias formas de vida se unam a essa estrutura, mas não há uma forma mecânica ou automática de exigir isso.

MCF – Acho que é uma metáfora muito boa. A partir de seus estudos e dos relatórios da OCDE que você cita em seu livro, é possível identificar algum tipo de instituição ou prática de democracia aberta que se espalhou pelo mundo? Quais são os mecanismos de democracia aberta mais frequentes ou comuns no mundo?

HL – Acho que os primeiros a se espalhar foram, na verdade, os processos de orçamento participativo baseados na autoseleção, como os que ficaram famosos no Brasil. Na verdade, você teve muitos desses por um tempo. E eu acho que eles são ótimos. São formas importantes de participação cidadã. Mas meu problema com eles é que você não pode dar a eles muito poder porque a amostra está sempre muito distorcida. A auto-

seleção em que se baseiam os processos de orçamento participativo significa que a participação sempre será tendenciosa – ou seja, apenas as pessoas que tiverem tempo e recursos participarão dessas reuniões. Esses vieses afetarão quem aparece, quem diz algo e como o resultado é determinado.

Outro caso de grande sucesso são os chamados mini-públicos, que existem há 40 anos. Minipúblicos são os corpos de pelo menos várias dezenas a algumas centenas de pessoas selecionadas aleatoriamente, geralmente selecionadas com base em amostragem aleatória estratificada. E eles se reúnem por vários dias ou vários meses para debater uma grande questão política, fazer recomendações de políticas. Um subconjunto deles, conhecido como assembleias de cidadãos, foi convocado para fazer propostas de lei. O exemplo mais avançado foi a Convenção dos Cidadãos pelo Clima que ocorreu na França entre 2019 e 2020. Os membros dessa convenção, a meu ver, receberam o papel de quasi-legisladores. Eles foram solicitados pelo presidente Macron a apresentar propostas de lei que seriam enviadas diretamente para regulamentação, referendo ou debate parlamentar.

Portanto, os mini-públicos existem há algumas décadas. Eles vêm crescendo e crescendo a ponto de a OCDE chamar isso de “onda deliberativa” (OCDE, 2020). Então é isso que é realmente emocionante para mim. No momento, temos cerca de 600 casos de assembleias deliberativas “representativas”, como o relatório da OCDE as chama (porque visam espelhar estatisticamente a sociedade em geral). O problema é que até hoje, na melhor das hipóteses, tais órgãos permanecem meras criações *ad hoc* do parlamento de políticos ou de comissões parlamentares. Esta é a única maneira que eles podem existir neste momento. Acho que precisamos fazer uma transição para uma fase de institucionalização de tais assembleias, para que sejam inscritas na Constituição (o que seria o melhor cenário) e recebam algum poder real em uma esfera de atividade ou, pelo menos, tornem-se permanentes dentro das restrições do quadro constitucional e legal existente. E isso tem acontecido em alguns casos. Por exemplo: as chamadas “comissões parlamentares mistas” em Bruxelas reúnem cidadãos e parlamentares selecionados aleatoriamente. A estrutura legal não permite dar direitos de voto aos cidadãos comuns selecionados aleatoriamente, mas os organizadores encontraram uma maneira de garantir

que suas contribuições sejam influentes. E assim existem maneiras de tornar as contribuições dos cidadãos mais permanentes, mais influentes, mais impactantes, mesmo dentro das restrições legais existentes. Mas, por outro lado, há sempre o risco de que, se os poderes estabelecidos mudarem de opinião ou se as circunstâncias mudarem, bem, esses mecanismos simplesmente seriam desativados. Foi o que me parece ter acontecido com o orçamento participativo no Brasil. Uma vez que a direita estava no poder, esse ecossistema participativo simplesmente desapareceu. Os mini-públicos são igualmente frágeis. É por isso que precisamos fazer a transição para uma fase mais estável, em que esses novos mecanismos participativos se integram ao sistema existente e possam ser ativados pelos cidadãos e não possam ser retirados.

MCF – Sim, e nos exemplos que você fornece em seu livro (especialmente França e Islândia), as propostas dos cidadãos foram simplesmente eliminadas pelo Parlamento, certo?

HL – Sim. Na Islândia os resultados não foram tão surpreendentes porque a tarefa foi realmente muito desafiadora. Eles queriam criar uma Constituição totalmente nova baseada na ideia de empoderar o povo. Eles adotaram uma abordagem muito conflituosa com o novo parlamento e os partidos políticos. Algumas das pessoas que participaram das assembleias e alguns dos artigos inseridos na constituição foram diretamente contra interesses econômicos muito poderosos. A experiência islandesa produziu um grande documento por meio de um processo bem elaborado, mas também foi o primeiro desse tipo, pelo menos no século XXI. Houve alguns precedentes no Brasil, com sua própria Constituição participativa de 1988, e na África do Sul na década de 1990. Em ambos os casos, as pessoas foram convidadas a contribuir com seus pensamentos e ideias sobre a constituição. Mas a Islândia envolveu os cidadãos em todo o processo e de uma forma mais estruturada (através de um fórum nacional selecionado aleatoriamente) e utilizando novas tecnologias durante a fase de redação. Isso foi bastante radical e novo, então, em algum nível, talvez não seja tão surpreendente que o processo tenha falhado.

Já na França, os resultados foram decepcionantes porque o presidente Macron havia prometido que aceitaria as propostas oriundas da Convenção Climática “sem filtros”.

Ele prometeu que pegaria as propostas da Convenção do Clima e as submeteria à regulamentação direta, a um referendo ou a um debate no Parlamento sem modificá-las. Mas, no final, ele vetou três propostas. Então os próprios cidadãos se autocensuraram e optaram por não enviar a maioria de suas propostas para um referendo porque temiam o resto do público – isso nos dá uma ideia de como os cidadãos na França não confiam em si mesmos e em seus pares. E, além disso, é claro, os lobistas habituais atrapalharam, capturaram parte do processo e diluindo muitas das propostas. A trágica ironia de tudo isso é que as pessoas nas mídias sociais chamaram as propostas de extremistas, por um lado, enquanto outras as chamaram de insuficientes, por outro lado. E agora, com a pandemia e as ondas de calor extremo na França, verifica-se que o que a Convenção estava recomendando é obviamente o que precisa ser feito. Eles propuseram coisas muito inovadoras e interessantes, com base nas recomendações dos especialistas (para que as propostas não surgissem do nada). Foi um processo de construção conjunta de propostas que já existiam e de seu enquadramento de forma a compatibilizá-las com as exigências da justiça social. E o que é ainda melhor é que, quando cientistas políticos e cientistas sociais mediram o apoio do resto da população a essas propostas, descobriram que todas elas, ou pelo menos as 14 principais medidas estruturantes, exceto uma, teriam encontrado apoio esmagador na população se tivessem sido submetidas a referendo. Poderíamos ter verificado isso se tivesse acontecido um referendo. Mas isso não aconteceu.

No final, acho que a Convenção Nacional e as propostas realmente fizeram a diferença até certo ponto porque a lei do Clima e Resiliência sobre mudanças climáticas saiu na primavera de 2021 e essa foi a lei mais ambiciosa que já tivemos sobre questões climáticas. E tornou-se mais ambiciosa pela pressão da assembleia dos Cidadãos. Então isso é alguma coisa. Foi apenas decepcionante em comparação com o que o contrafactual poderia ter sido.

MCF – Então a Convenção teve um efeito indireto talvez, mas não tão ambicioso quanto o que foi prometido.

HL – Sim, não tão ambicioso quanto a promessa. Mas também podemos olhar para a história de sucesso nisso tudo, que é a Irlanda. Em 2012, a Irlanda instituiu uma assembleia

de cidadãos híbrida composta por cidadãos (dois terços) e políticos (um terço). Em 2016, eles instituíram outra assembleia, totalmente composta por cidadãos escolhidos aleatoriamente, para discutir o aborto. E isso levou a um referendo em junho de 2018, em que dois terços da população votaram a favor da revogação da criminalização do aborto. Essa é uma das histórias de maior sucesso sobre o poder das assembleias de cidadãos. Porque na Irlanda os políticos foram incapazes de abordar esta questão, porque é muito delicada. Mesmo que individualmente os políticos estivessem se inclinando para a solução progressista, eles não podiam realmente dizer isso, então eles entregaram a batata quente para uma assembleia de cidadãos e depois para o público em geral e funcionou.

MCF – Eu também gostaria de fazer uma pergunta mais teórica. Você poderia falar sobre os principais autores que moldaram seu pensamento na construção do arcabouço da democracia aberta?

HL – Ok, então, antes de mais nada, há uma variedade de autores que contribuíram de forma diferente para o arcabouço intelectual por trás da ideia de democracia aberta. Mas no centro dessa estrutura intelectual, em ordem cronológica de influência, eu mencionaria primeiro David Hume por sua ênfase na incerteza nos assuntos humanos. Seu trabalho realmente moldou meu pensamento. A segunda influência é Condorcet, por sua fé na humanidade e na possibilidade de progresso, e também, é claro, por seu uso da lei dos grandes números em apoio ao governo da maioria. Além disso, Karl Popper, por sua filosofia da ciência e sua ideia de uma sociedade aberta. De certa forma, a democracia aberta é a extensão ao plano político de sua teoria da falsificação e da ideia de que nunca abordamos a verdade diretamente, mas apenas negativamente por meio da troca de argumentos e da falsificação de proposições. Essa prática deliberativa também está no cerne da ideia de uma democracia aberta. E então, em meus anos de formação, quando me mudei para os EUA e me voltei para o estudo da política em si, Bernard Manin realmente abriu meus olhos para o fato de que a chamada “democracia liberal” não era o fim da história e que talvez nem fosse uma forma desejável de democracia, para começar. É uma forma muito elitista de democracia, isso fica muito claro em seu levantamento histórico. Mesmo que ele próprio realmente endosse o governo representativo – ele é mais conservador, na verdade, do que eu pensei que seria por sua própria leitura da

história. Mas eu mesmo acompanhei as implicações radicais de sua análise. Habermas também é central para o meu pensamento, pois ele me fornece o ideal central de um sistema deliberativo no qual todos têm voz igual. E também estou em dívida com Joshua Cohen, o filósofo de Stanford e depois de Berkeley, que inicialmente plantou essa ideia, até mesmo em Habermas, eu acho.

Mas a questão com Habermas – e eu amo muito esse autor – é que ele é um sociólogo de formação, embora seja um tipo de sociólogo alemão. E assim ele começa com o que vê e o que é, e então racionaliza uma justificativa normativa para o que é. E o problema é que sua teoria parte das democracias eleitorais e da revolução industrial. Portanto, seu pensamento é um pouco limitado pelo ponto de partida. Dito de outra forma, ele ainda pensa em termos de uma lógica eleitoral, ele também pensa de forma mecanicista, por exemplo, quando fala sobre a “trava” que liga o que ele chama de pista 1 e pista 2 da esfera pública (respectivamente a esfera de tomada de decisão formal envolvendo políticos e a esfera de formação de opinião envolvendo o público em geral). Então, em sua teoria, a interação entre os cidadãos e a elite política não é tão transparente, não é tão porosa, não é tão contínua quanto eu gostaria que fosse. Então eu acho que minhas metáforas são talvez mais orgânicas. Não sei exatamente de onde as tiro, mas estamos em um contexto em que as coisas são muito mais instantâneas. Temos feedback imediato na Internet – e é isso que eu gostaria de ver na política, algo muito mais fluido e muito mais instantâneo, com, claro, ainda a necessidade de um movimento deliberativo que desacelere as coisas e crie um nível de intermediação. Essa é a palavra, algum tipo de separação, mas tão mínima quanto possível, certo? E não discreto, na verdade, o mais contínuo possível.

Eu também mencionaria como influência John Dewey, porque ele reúne a crença na inteligência coletiva e uma visão da democracia como a busca da verdade, como uma busca deliberativa coletiva por algum tipo de verdade. E, finalmente, deixe-me mencionar um autor que descobri depois de escrever meu primeiro livro, “Razão Democrática” (LANDEMORE, 2017) e que realmente me influenciou, W. E. B. Du Bois. Este autor é na verdade um democrata epistêmico precoce com uma compreensão visionária do que é a

sabedoria coletiva, com suas dimensões éticas e estéticas, e ele nos fornece uma noção mais rica de sabedoria coletiva do que a que eu realmente uso em meu livro anterior. Então, a mistura dessas ideias é o que resultou nas minhas ideias principais para a democracia aberta.

MCF – Perfeito. Mais uma questão teórica. Como você diz, uma democracia aberta é um sistema político mais aberto a diferentes pessoas e ideias. Como você explica vigorosamente na introdução, a ideia de uma “tirania da maioria”, que foi a base da teoria madisoniana da democracia, é em sua origem profundamente oligárquica e antidemocrática. Mas minha pergunta é: apesar dessas origens antidemocráticas, não há uma ameaça real aos direitos fundamentais quando as majorias governam sem certas restrições? Um exemplo significativo que vem à mente é o debate em torno da “maioridade penal”, que é de 18 anos no Brasil, o que significa que ninguém com menos de 18 anos pode ser processado e punido criminalmente. Cerca de 85% da população brasileira é a favor da redução dessa idade para 16 anos, o que seria catastrófico para muitos adolescentes e famílias no país. E a maioria dos estudiosos argumenta que é bom que nossa Constituição não permita tal redução e proteja os direitos de adolescentes e outras minorias. Porque, claro, o peso do Estado criminal incide sempre de maneira muito mais forte sobre minorias. Como você responderia a essa questão e quais seriam as respostas de uma democracia aberta a essa ideia dworkiana de que certos direitos fundamentais deveriam estar fora do alcance das majorias e da deliberação majoritária?

HL – Vou começar em um nível abstrato e depois tentar olhar para o seu exemplo do Brasil um pouco mais de perto. Então eu diria que, em um nível abstrato, é claro que a tirania da maioria é um perigo real, uma ameaça real, um problema real. Eu não estou negando isso. Só acho que historicamente talvez tenhamos não propriamente exagerado essa ameaça, mas talvez tenhamos usado métodos para nos proteger desse perigo que não são apenas ineficazes, mas que também nos expõem a outro tipo de perigo, que é o domínio de minorias poderosas. Veja o que está acontecendo nos Estados Unidos com a Suprema Corte. A Suprema Corte supostamente era esse farol do progressismo que lutava pelos direitos dos negros, outras minorias e mulheres e seus direitos reprodutivos e tudo isso. Mas com certeza agora se transformou em um corpo politizado que atende aos interesses de uma minoria poderosa de atores econômicos e de uma visão minoritária sobre o lugar das minorias raciais e os direitos reprodutivos das mulheres e todo tipo de questões. Portanto, só porque a tirania da maioria é uma ameaça real, não significa que as soluções que temos atualmente para ela sejam realmente o tipo certo de cura.

Acho que há um *tradeoff* aqui. Portanto, é realmente difícil ver onde colocar o cursor entre o perigo da tirania da maioria e o perigo inevitável da tirania da minoria quando você cria mecanismos contramajoritários como a Suprema Corte ou bicameralismo ou federalismo ou todas essas camadas que controlam a vontade direta das maiorias. Então, acho que empiricamente ninguém sabe exatamente onde está o ponto ideal e acho que vai variar de país para país, de período histórico para período histórico. Mas acho que, pelo menos nos Estados Unidos, eu diria que provavelmente fomos longe demais tanto na direção oligárquica quanto na direção contramajoritária. De acordo com os cientistas políticos Martin Gilens e Benjamin Page, as maiorias não têm influência causal na produção da legislação, uma vez que você controla as preferências dos mais ricos. Então isso é muito ruim. Acho que poderíamos nos dar ao luxo de ser muito mais majoritários nos EUA no momento. E depois há outra coisa. Você deve se lembrar que os EUA – e acho que historicamente isso se aplica a muitas democracias mais antigas – nasceram em um contexto em que os fundadores desses regimes eram na verdade demófbos, eles temiam o povo quase mais do que as ordens monárquicas mais antigas e eles próprios faziam parte de minorias ricas, eram senhores de escravos e tudo mais. Então, quem eles estavam protegendo com medidas contramajoritárias? Eles mesmos, certo? Eles não estavam particularmente preocupados com o futuro dos escravos libertos ou das mulheres – eles estavam preocupados, antes de tudo, com a proteção de seus próprios direitos de propriedade. Então, uma vez que mantemos esse tipo de genealogia histórica em mente, acho que isso coloca em perspectiva o que podemos esperar de projetos contrários à maioria. E podemos olhar novamente para a Atenas clássica, que era um sistema político pré-liberal. Eles não tinham revisão judicial – eles não tinham uma série de direitos que associamos às instituições liberais contra a maioria que protegem os direitos das minorias. Sim, eles tiveram muitos problemas e foram muito pouco liberais em alguns aspectos. Eles mataram Sócrates. Mas eles também conseguiram consolidar certas regras sem armadilhas constitucionais ou coisas que consideraríamos contra armadilhas majoritárias, como revisão judicial. E eles ainda conseguiram consolidar uma série de direitos, como o direito de falar na assembléia, sem nenhuma dessas pressões externas contrárias à maioria.

Josiah Ober (2017) em Demopolis mostrou que existem recursos internos para um sistema puramente democrático que podem mitigar alguns dos perigos de uma tirania da maioria. E podemos aprender com as falhas da antiga Atenas. Por exemplo, as reuniões abertas eram muito vulneráveis a formas de captura. Então, entre os séculos V e IV a.C. eles fizeram algumas mudanças, eles se moveram em direção a um sistema muito mais baseado em loteria – por exemplo, eles devolveram parte do poder legislativo da assembléia aberta aos chamados *nomothetai*, que eram júris legislativos de tipos.

De um modo geral, supõe-se que a deliberação seja um procedimento pelo qual as minorias possam se opor às maiorias, embora eu não argumente que a deliberação seja à prova de balas. E não contaria com a deliberação como forma de proteção de minorias em tempos de guerra ou emergência, por exemplo. Mas em termos de política normal, a deliberação é o processo que supostamente desacelera a tomada de decisões e dá a todas as minorias tempo para apresentar seu caso e se defender aos olhos do público e converter as maiorias à sua perspectiva. E foi o que aconteceu com os direitos dos homossexuais, por exemplo, certo? Demorou, mas esse processo deliberativo tende a ser mais eficaz no longo prazo do que simplesmente impor a vontade de instituições contramajoritárias. Se você olhar, por exemplo, os direitos das mulheres no mundo árabe, você não pode simplesmente impor uma Constituição de estilo ocidental que proteja os direitos das mulheres – essa abordagem simplesmente não vai funcionar. Mas um processo democrático e deliberativo poderia funcionar. Você não pode lutar contra os costumes locais, tradições de longa data com uma Constituição ou combater os mecanismos majoritários. Então, em algum momento, constituições e instituições contramajoritárias se tornaram barreiras de pergaminho. É uma “esperança vã” (ROSENBERG, 2008) pensar que os tribunais sozinhos poderiam mudar as normas e torná-las mais progressistas, mais liberais, etc. Muitas vezes, o tiro sai pela culatra.

Meu ponto é que uma sociedade tem que aceitar quais são suas próprias verdades. E algumas de suas próprias verdades serão abomináveis de nossa perspectiva. E quando são muito abomináveis, queremos legitimamente bani-los. Queremos ter uma declaração universal de direitos humanos que diga que você não faz isso, não faz aquilo, a escravidão

está fora de cena, etc. Mas quando se trata do exemplo que você acabou de dar sobre a redução da maioria penal no Brasil, acho que, embora pareça uma péssima ideia – e, como você diz, pode abrir caminho para todo tipo de racismo e outras formas de abuso –, parece-me que deveria caber às pessoas determinar as normas e valores fundamentais com os quais podem conviver, certo? E pode ser até no Brasil, que se você montar uma assembleia de cidadãos que seja grande o suficiente, verdadeiramente representativa, e você exponha às pessoas os prós e os contras por meio de palestras e conversas especializadas, eles se manifestariam contra a redução da maioria penal, certo? Não estou garantindo que isso aconteceria. Mas me parece que, melhor do que ir direto ao atalho de um grupo esclarecido de ministros da Suprema Corte dizendo “essa é a resposta certa”, ter conversas que envolvam a todos, inclusive, principalmente, os jovens que serão vítimas dessa lei, e ouvir suas histórias e ouvir o que isso faria com eles, poderia fazer com que as pessoas mudassem de ideia. Novamente, não estou dizendo que a deliberação nos protege totalmente contra a tirania da maioria, mas acho que pode atuar como um importante amortecedor. E lembre-se que no meu sistema você pode reparar leis e direitos de participação podem ser ativados de forma que, se a redução da maioria penal tiver todos os tipos de efeitos ruins, que podem ser documentados, comprovados empiricamente, então uma minoria local pode decidir instigar um referendo sobre isso e resolver o problema. E isso deve ser verdade tanto para as leis ordinárias quanto para as leis constitucionais, de modo que, sim, os países e as democracias cometerão erros, mas esses erros não serão eternos. E claro, você poderia dizer que quando cometemos erros, prejudicamos as pessoas para o resto da vida. E é claro que queremos minimizar a probabilidade de erros. Mas não acho que se possa tornar a política imune a erros sem nenhum custo para a natureza democrática do sistema. Você entende o que eu quero dizer? Portanto, é uma questão de encontrar o lugar certo, suponho. O Reino Unido, a Suécia e a Nova Zelândia funcionam sem revisão judicial. O Reino Unido nem sequer tem separação de poderes. Portanto, acho que há uma série de coisas que podemos fazer corretamente sem a necessidade de adotar mecanismos contrários à maioria.

MCF – Excelentes argumentos. Você mencionou aqui um “sistema de democracia aberta”, mas escreve em seu livro que a alternativa ao nosso atual modelo de democracia puramente eleitoral não precisa ser ou não pode ser um sistema em que todas as pessoas decidem sobre todas as questões em todas as vezes. Então, nesse contexto, é possível ou mesmo desejável pensar ou projetar um sistema político que esteja inteiramente ancorado na ideia de democracia aberta? Ou o ideal de uma democracia aberta deveria ser “limitado” a eventos ou procedimentos relativamente isolados, como a Convenção Francesa sobre Mudança do Clima, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Brasil ou o processo constitucional na Islândia? Você acha que sua ideia propõe um novo sistema político ou apenas ajustes severos ao modelo atual que é adotado no Brasil e em outros países?

HL – Bem, na minha opinião, é um novo sistema político. E eu realmente me oponho ao tipo de visão instrumental dos momentos de democracia aberta apenas para reforçar o sistema existente. Acho que o sistema existente é fundamentalmente falho. E assim, pelo menos teoricamente, acho que precisamos de um novo sistema. E lembre-se que meu modelo não é o de uma democracia direta. Portanto, não é um modelo em que todos temos que estar envolvidos na política o tempo todo com grande custo para nossas vidas pessoais. Resumindo, na democracia aberta todos nós representamos e somos representados. Há uma rotação acontecendo e em um país grande, em nível nacional, muito provavelmente, a maioria das pessoas nunca chegaria a se tornar um representante de algum tipo, mas se você adotar o sistema em todos os níveis – da aldeia ao conselho local para hospitais, para a administração pública, para todos os tipos de lugares – então o ato de representar seria algo que você faz pelo menos algumas vezes na vida e pode ser essa experiência incrível que você não faz com muita frequência. Mas é uma possibilidade real e pode ser uma oportunidade de mudança de vida porque você tem acesso a pessoas, recursos e ideias que não teria se ficasse em sua pequena vizinhança, por exemplo, por toda a vida. Então, meu modelo é economizar o tempo das pessoas mantendo essa divisão de trabalho que a representação permite. Mas eu quero ver isso institucionalizado, não como um suplemento local, temporário ou ocasional. Eu sei que há uma visão de que a democracia aberta é algo para aumentar o sistema existente, mas para mim significa substituí-lo por algo que seja mais autenticamente democrático.

MCF – Então sua ideia de democracia aberta conteria “mini-fóruns” ou espaços nos quais um número limitado de cidadãos (não políticos) debatem e chegam a propostas de políticas em áreas específicas. Mas em um contexto de tanta polarização no mundo, em um contexto de fake news, de manipulação como estratégia política, em um contexto em que o tempo de atenção das pessoas é tão reduzido, será que não nos afastamos mais de um ideal de deliberação em vez de aproximando-se dele? Por que a deliberação prosperaria em espaços de democracia aberta considerando essa tendência preocupante se você concorda que ela existe?

HL – Essa é uma pergunta muito boa. Eu diria que é justamente por causa do contexto de polarização em que nos encontramos que é urgente e necessário criar, construir, institucionalizar espaços de deliberação entre uma amostra diversificada da população. Esta é agora a única esperança para um espaço deliberativo seguro, em que pessoas de todo o espectro esquerda-direita vão realmente conversar e ouvir umas às outras. Esses espaços de democracia aberta, onde existem, são muito arquitetados, há facilitadores, há rodízio, há especialistas participando, há normas de reciprocidade, respeito, igualdade e inclusão que são implementadas e pelas quais as pessoas têm que viver. Caso contrário, eles não podem ficar ou não funcionarão naquele ambiente. E geralmente, as pessoas obedecem. Elas jogam pelas regras desse jogo.

Isso foi bem documentado nas experiências de democracia deliberativa que tivemos até agora. Posso dar um exemplo representativo. Na assembleia regional que presenciei na França durante o grande debate nacional alguns dos manifestantes dos coletes amarelos foram selecionados para participar. A princípio, o instinto deles era ser vocal, falar e se engajar naquele modo político agressivo e militante, mas isso não funcionou. As pessoas ao seu redor não queriam se envolver nesse nível, e os facilitadores diziam a eles, bem, agora que você falou, não é mais a sua vez. Então eles não podiam monopolizar a palavra. E acho que, em geral, essas assembléias podem funcionar porque as pessoas comuns participam como indivíduos, não como membros de um partido. Nas assembléias, eles são conhecidos apenas pelo primeiro nome. Eles não são conhecidos por quem votaram ou a quem estão filiados. Eles simplesmente chegam. De certa forma, é um novo começo. E claro, durante a conversa, algumas tendências são reveladas, mas no geral você é tratado como um cidadão. Então esses espaços deliberativos liberam um pouco as pessoas e permitem que elas se escutem sem preconceitos. Esse é um ótimo lugar para começar. E,

novamente, porque esses espaços são tão facilitados e estruturados, não há espaço para intimidação, ameaça, postura, ataques pessoais. Claro, parte disso pode acontecer na margem, mas, novamente, as normas são as do ideal de Habermas de um espaço deliberativo, certo? E acho que é o único lugar no mundo em que você pode ter isso. Então, por que não desejaríamos cultivar mais isso? É preciso dinheiro, é preciso vontade política. Mas a esperança é que em algum momento nos convençamos de que vale a pena o preço. Afinal, investir em nossa infraestrutura democrática é muito importante. Temos que parar de tomar isso como um dado. É como construímos rodovias da mesma forma. Precisamos investir, construir novos parlamentos para o povo que sejam estruturados, construídos e desenhados de forma a facilitar a conversa entre os cidadãos comuns. E temos evidências empíricas de que a deliberação nesses espaços estimula as pessoas. Nesses espaços, até certo ponto, as pessoas alinham suas preferências fundamentais, então é exatamente assim que a despolarização se parece – as pessoas se tornaram um pouco menos extremas. E as pessoas que participam desses fóruns aprendem e ensinam umas às outras, e se convencem com base na troca de razões.

Portanto, há evidências sólidas suficientes na literatura da ciência política para mostrar isso. Na verdade, é interessante quando você compara a qualidade da deliberação dentro dessas assembleias deliberativas e a qualidade da deliberação nas comissões parlamentares – observadores da Assembleia de Cidadãos Irlandeses tentaram medir isso e descobriram que a qualidade da deliberação era maior entre as assembleias de cidadãos do que entre os membros das comissões parlamentares. Então, para mim, a evidência empírica recente é muito clara de que muitas das intuições de pessoas como Habermas, Cohen e outros estavam certas. E acho que se levarmos essas descobertas a sério, devemos agir sobre elas e implementar mais essas coisas, porque não vejo o que mais está disponível. Lá fora há apenas uma cacofonia de, você sabe, propaganda, bolhas epistêmicas, e simplesmente não há muito que seja construtivo.

MCF – Portanto, a deliberação seria realmente o remédio para esses problemas.

HL – Sim, e se você quiser colocar em termos muito simples, é como se precisássemos apenas conversar e ouvir uns aos outros. É um princípio básico de comunicação entre humanos – que ajuda muito se você começar por aqui.

MCF – Você reconhece que os espaços de participação popular foram “capturados” em algumas instâncias no passado, mas afirma que isso não significa que essa captação necessariamente ocorreria no futuro e em outros contextos – por exemplo, não parece acontecer na Suíça, que tem uma longa tradição de participação popular (LANDEMORE, 2020, p. 47). Você também reconhece que a democracia direta pode cair sob a ameaça do populismo (LANDEMORE, 2020, p. 77). Que precauções, atitudes ou salvaguardas devemos tomar para evitar a captura ou esvaziamento de instituições de democracia aberta? E, talvez em uma questão mais ampla, existem riscos ou preocupações que uma sociedade deve ter ao adotar instituições de democracia aberta?

Além disso, considerando que a corrupção está frequentemente associada, especialmente na América Latina, ao sistema eleitoral e ao lobby que os interesses econômicos exercem no sistema político, você acha que a introdução de mecanismos de democracia aberta em um sistema político pode ser um poderoso remédio contra a corrupção?

HL – Em primeiro lugar, quero apenas reconhecer que a democracia aberta como sistema ainda é mais uma visão do que uma realidade. Portanto, antes que alguém adote esse sistema, acho que mais trabalho precisa ser feito para concretizar os princípios que expus no livro e descobrir como eles seriam aplicados na prática. E, em particular, uma das questões que não resolvi para mim mesmo, e acho muito importante, é: como essas assembleias de cidadãos se autogovernariam? Porque até agora, as assembleias de cidadãos sempre foram governadas de fora por organizadores ou especialistas, como um comitê de especialistas nomeado. Sabemos que o Conselho dos 500 na Grécia antiga se autogovernava. Então eles tinham um sistema, mas na verdade não sabemos como funcionaria hoje. Então, novamente, acho que isso é para um estudante de doutorado ou alguém que precisa investigar como esses corpos antigos governavam a si mesmos quando não tinham linhas partidárias para disciplinar a conversa. Então, basicamente, eu só quero enfatizar que há mais trabalho a ser feito antes que possamos pensar em implementar a democracia aberta como uma alternativa completa à democracia representativa.

Além disso, como eu disse no início, o caminho mais plausível por enquanto é por meio da hibridação porque isso permitiria a continuação da experimentação. Mas voltando ao seu ponto sobre a captura, é claro que qualquer sistema pode ser capturado. Portanto, a democracia aberta também seria vulnerável. E, em última análise, são os cidadãos que devem estar vigilantes e ativar todos os direitos que têm à sua disposição para evitar retrocessos e capturas democráticas. Novamente, volto ao meu primeiro princípio de democracia aberta: direitos de participação. As pessoas precisam usar esses direitos. Eles precisam usá-los para repelir leis que indicam um retrocesso, que indicam que os tribunais estão se tornando tendenciosos ou que o poder legislativo está sendo reduzido. Você não pode garantir que as pessoas sempre usarão esses direitos para melhor porque, é claro, mesmo na Suíça existem essas leis do Minarete que não parecem muito boas de olhando de fora. Mas, no geral, acho que a ideia de direitos participativos funciona muito bem e, quando as pessoas cometem erros, podem consertá-los.

Passando à sua pergunta sobre a corrupção, eu sei que é um problema muito grande nos países em desenvolvimento e na América Latina, mas também tem sido a realidade em democracias mais avançadas ou mais antigas, como os Estados Unidos ou a França. Contanto que o dinheiro seja um fator, você pode “comprar” o sistema. E o dinheiro é um fator por causa das eleições, porque nas democracias eleitorais você precisa fazer campanha, precisa receber doações e, depois de receber essas doações, há um senso de propriedade por parte das pessoas que lhe dão o dinheiro. Acho que os sistemas eleitorais são muito mais propensos à corrupção do que os sistemas baseados em sorteio. O problema com o sistema baseado em classificação é mais potencialmente a ingenuidade dos recém-chegados que podem ser de fato capturados pelos burocratas experientes ou pelos lobistas que estão circulando os vagões o tempo todo. Isso é uma preocupação. Mas, em termos de corrupção, tenho colegas (por exemplo, Alex Guerrero em seu artigo “Against Elections”), que defendem muito bem por que, com base na corrupção, as loterias são uma proteção melhor do que as eleições. Se você observar as evidências empíricas, verá que há dois efeitos. Um delas é a vantagem informacional. Você poderia argumentar que os eleitos têm teoricamente mais conhecimento (eles conhecem o

sistema, às vezes estão no poder há 20 ou 30 anos, conhecem os atores do poder) e que os cidadãos que não são políticos profissionais seriam mais ingênuos, eles saberiam menos sobre o sistema, seriam mais fáceis de enganar. Mas a vantagem da representação lotocrática é que as pessoas selecionadas aleatoriamente não têm conexões de longo prazo e relações de amizade ou confiança com lobistas. Eles não devem nada a eles. Assim, eles seriam menos acolhedores e mais distantes de potenciais influenciadores.

E, de fato, a premissa de que esses cidadãos comuns são mais manipuláveis nem é tão convincente assim. Na Convenção dos Cidadãos pelo Clima na França, observei que os cidadãos desconfiavam muito, às vezes desconfiavam demais, de especialistas, burocratas, organizadores, qualquer um que pudesse interferir em sua própria soberania. E então eu acho que a corrupção pode acontecer, a captura pode acontecer em um sistema de democracia aberta. Mas, no geral, há argumentos para explicar porque a democracia aberta pode ser um pouco menos suscetível à corrupção. Pelas razões que mencionei e também pelo fato de que quando você quer comprar um conjunto de cidadãos selecionados aleatoriamente, você tem que “comprá-los” um a um. Você não pode simplesmente comprar a cabeça da festa, é muito mais caro. Além disso, toda vez que eles girassem, você teria que comprar um novo lote de recém-chegados. Portanto, seria muito custoso corromper uma assembleia baseada em loteria. E então não sabemos o suficiente porque não há evidências suficientes agora sobre quanta captura pode acontecer com base na falta de conhecimento. De qualquer forma, as pessoas que participam desses fóruns aprendem rápido, são altamente motivadas e acreditam que a motivação às vezes pode compensar a falta de conhecimento inicial. Você também pode criar todos os tipos de *firewalls* entre a assembleia e sua equipe de suporte e outros ramos do poder. E você pode simplesmente instituir regras contra o lobby – por exemplo, você pode dizer, por exemplo, que os lobistas não podem se reunir ou tomar café com nenhum dos membros da assembleia.

MCF – Então a democracia aberta é na verdade uma proposta radical de combate à corrupção na raiz, certo? Porque, pensando bem, a corrupção muitas vezes está associada a vários aspectos do sistema eleitoral. Então, o que você está dizendo é que uma democracia aberta poderia conter muito da corrupção que vemos em sua raiz, certo?

HL – Se for bem feito, sim. O problema é que se, por exemplo, o processo de seleção for corrompido, se você não acabar com uma verdadeira amostra aleatória, então talvez a corrupção possa ocorrer aí. Mas é aí que você precisa de uma burocracia e de pessoas que façam bem o seu trabalho com uma certa transparência, talvez por sistemas totalmente automatizados. Mas então outras questões se abrem, por exemplo, como as pessoas entendem o sistema automatizado? Quero dizer, não estou dizendo que é fácil, mas pode ser feito. E também um processo de seleção baseado em loteria economizaria bilhões de dólares. Se você pensar em eleições presidenciais, elas custam bilhões de dólares nos Estados Unidos e são muito caras também em outros países.

MCF – Mudando de assunto, você acha que as instituições de democracia aberta podem ser fortes o suficiente para conter a atual tendência de retrocesso democrático? Dito de outra forma, elas fornecem salvaguardas suficientes contra governantes autoritários? No Brasil, quando a democracia começou a tremer, uma das primeiras reformas a ser feita foi o desmantelamento do chamado Sistema Nacional de Participação Social (que foi esvaziado pela Câmara dos Deputados em 2014 e formalmente revogado em 2019). Já explorei algumas dessas questões em um trabalho anterior (CUNHA FILHO; GUIMARÃES FILHO, 2015). Então, minha pergunta aqui é: os mecanismos de democracia aberta podem superar as tendências fortíssimas que trabalham em favor do desmantelamento do que resta das instituições democráticas no Brasil e em outros lugares?

HL – Eu adoraria prometer a lua, mas realmente não acho que essa seja uma pergunta que eu possa responder. O que faço no livro é propor uma visão, oferecer uma lista de princípios e uma teoria e algumas evidências empíricas de por que uma democracia aberta poderia funcionar bem. Mas não posso garantir que resolveria esses tipos de problemas muito, muito difíceis e impediria o retrocesso quando já está tão avançado. Eu não sei disso neste momento. No final das contas, o que detém os ditadores, ou aspirantes a ditadores, são as balas e a vontade de lutar e morrer pelos seus direitos. E acho que é isso que está acontecendo na Ucrânia, por exemplo. As visões não conseguem isso sozinhas. Mas o fato é que, para as pessoas estarem dispostas a lutar, elas precisam ter uma visão à

qual possam se apegar. Eles precisam ter algo inspirador que lhes dê esperança diante do desespero e que lhes dê a sensação de que merecem mais. Parece-me que em países como a Rússia, por exemplo, as pessoas parecem não saber que merecem mais. Eles parecem tão resignados. Eles não têm uma visão. Na Ucrânia eles têm. Então, espero que a democracia aberta talvez possa fornecer essa visão, porque acho que a democracia eleitoral, a democracia representativa, como sempre, não inspira mais tanto as pessoas, provavelmente porque exclui muitas pessoas. Então precisamos de algo mais.

MCF – Além dos exemplos que você fornece em seu livro, existem experiências de democracia aberta acontecendo agora ou que aconteceram durante a pandemia? Para qual parte do mundo você tem procurado com maior atenção como pesquisador? O que você prevê para o futuro da sua linha de pesquisa? E, claro, estamos tendo essa conversa em 5 de setembro de 2022, um dia depois que a nova Constituição chilena foi rejeitada em um referendo, então devo perguntar sobre seus pensamentos sobre o processo constituinte no Chile.

HL – Sim, vejo muitas coisas surgindo, como a possibilidade de uma assembléia de cidadãos na Malásia e várias coisas acontecendo na Bélgica. Mas o que mais me entusiasmou recentemente foi o processo chileno, embora, infelizmente, não incluísse nenhum componente baseado em loteria, o que é parte do motivo pelo qual falhou, a meu ver. Porque o povo chileno usou a ferramenta clássica de eleições para criar esta assembléia, e as eleições foram realizadas em um momento de extremo ressentimento contra o sistema existente. Então eles produziram uma convenção muito de esquerda, que tinha muitas ideias boas, mas o problema é que quando você escreve uma constituição, você não pode ser tão partidário, não pode ser tão politizado. Você tem que criar um contrato social em que todos possam se reconhecer porque não há segunda chance depois. Quer dizer, pode haver, mas a Constituição serve para estabelecer as regras para o longuíssimo prazo. Não é como, ok, nesta rodada estamos governando o país à esquerda e na próxima rodada governaremos o país à direita. Não, uma Constituição é feita para o longo prazo e por isso tem que ser menos partidária do que a política habitual e tem que ser um momento de construção de consenso. E não parece que foi o que aconteceu no Chile. Se o conjunto de pessoas que escreveu este texto fosse mais descritivamente representativo do Chile, você teria um texto intermediário muito mais conservador. Talvez

fosse mais curto também. Muito mais curto. Na minha opinião, provavelmente teria mantido algumas das disposições inovadoras sobre direitos à água e direitos indígenas e requisitos de mitigação da mudança climática – disposições que eram realmente surpreendentes. Todos que olharam para aquele pensamento e pensaram “sim, isso é o futuro”. Mas então o problema é parte do restante do texto. Obviamente, a maioria das pessoas não se reconheceu naquele texto constitucional. Mais uma vez, quero culpar o fracasso desse processo, pelo menos em parte, no método de seleção. Eles deveriam ter escolhido um corpo selecionado aleatoriamente. Essa é minha opinião: eles deveriam ter trabalhado ativamente com um corpo selecionado aleatoriamente. E eu sei que eles consideraram isso. Eu sei que eles tentaram essa abordagem no começo, mas foi muito cedo e envolveria muito dinheiro. Acho que foi muito difícil tirar isso do papel. Espero que na próxima tentativa os chilenos sejam mais ousados no processo e menos ousados no conteúdo do texto final. Tenho certeza de que, no caso chileno, existe uma interpretação alternativa em que alguns poderosos interesses econômicos fizeram lobby e campanha e impediram o voto do “sim”, como aconteceu na Islândia. Esta é uma interpretação muito influente. Mas a realidade é que na Islândia houve um referendo e dois terços da população disseram sim à nova Constituição; no caso chileno, quase dois terços da população disseram que não. Para mim, se dois terços da população disseram “não” a um texto constitucional, não se pode culpar apenas a mídia de direita e a geopolítica. Minha inclinação é pensar que havia algo errado com o texto e as pessoas não gostaram e não se sentiram confortáveis com o resultado.

MCF – Sim, e o comparecimento no caso chileno também foi muito alto, então...

HL – Muito alto, exatamente certo. Como você pode culpar as forças antidemocráticas pelo resultado? Não. A menos que, novamente, você pense que os votos foram fraudulentos e tudo mais, o que eu não acho que foi o caso no Chile. Eu acho que isso realmente significa que eles têm que fazer um exame de consciência sobre como eles construíram esse processo e quem eles incluíram e não incluíram e quem eles ouviram e não ouviram.

MCF – Acho que este é um bom lugar para terminarmos a nossa conversa. Minha pergunta final é: você poderia recomendar três livros para o nosso público? Três livros que muito te inspiraram ao longo dos anos e que você não mencionou em nossa entrevista até agora.

HL – Acabei de mencionar o “Darkwater: Vozes de dentro do véu” (DU BOIS, 1969), foi uma grande revelação para mim. E eu também mencionaria “O Ministério do Futuro” de Kim Stanley Robinson (2020), que é um livro tão bom e tem muita teoria política também, então acho que vale a pena dar uma olhada. E devo dizer, é um livro que não amei, mas aprendi muito com ele, que é “Fragilidade Branca” (DIANGELO, 2020). Eu não acho que você verá muito do impacto no meu livro. Mas é um livro que li que me fez evoluir em algumas questões.

MCF – Professora Hélène Landemore, muito obrigado pelo seu tempo, agradecemos muito.

HL – Obrigado a vocês!



REFERÊNCIAS

CUNHA FILHO, Marcio; GUIMARÃES FILHO, Paulo. Por que temer o povo? O debate em torno do Sistema Nacional de Participação Social (Decreto n. 8.243/14). **Revista Direito e Práxis**, v. 6, p. 104-133, 2015.

DIANGELO, Robin. **White Fragility**: Why it is so hard for white people to talk about racism. New York: Beacon Press, 2020.

DU BOIS, W. E. B. **Darkwater**: Voices from within the Veil. New York: Schocken Books, 1969.

LANDEMORE, Hélène. **Open Democracy**: Reinventing Popular Rule for the Twenty-First Century. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2020.

LANDEMORE, Hélène. **Democratic Reason**: Politics, Collective Intelligence, and the Rule of the Many. New Haven, Princeton University Press, 2017.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government** (Themes in the Social Sciences). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OBBER, Josiah. **Demopolis**: Democracy Before Liberalism in Theory and Practice. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.

OECD (Organization for Economic Co-operation and Development). **Catching the Deliberative Wave**: Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions. Paris: OECD Publishing, 2020.

ROBINSON, Kim. **The Ministry of the Future**. New York: Little, Brown Book Group, 2020.

ROSENBERG, Gerald. **The Hollow Hope**: Can Courts Bring About Social Change? Chicago: Chicago University Press, 2008.

LANDEMORE, Hélène. Democracia aberta: uma proposta de democratização radical dos nossos sistemas políticos. [Entrevista cedida a] Marcio Cunha Filho. **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 10, n. 2, p. 144-175, maio/ago. 2023.

Recebido em: 24/04/2023
Entrevistador convidado